



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 185

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3680

TAQUIGRAFIA

ATA DA 42ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A NECESSIDADE DE CONVOCAÇÃO DOS EXCEDENTES DO ÚLTIMO CONCURSO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 21 de outubro de 2016

Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 09 horas e 29 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) –
Senhoras e senhores mais uma vez bom dia!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Exmº. Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir e analisar a necessidade de Convocação dos Excedentes do Último Concurso da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor à Mesa o Exmº. Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; o Exmº. Sr. Deputado Dr. Neidson, o Exmº. Sr. Dr. Antônio Carlos dos Reis, Secretário de Estado da Segurança Defesa e Cidadania; Sr. Francisco de Assis, representante da SEGEF; Dr. Eliseu Muller de Siqueira, Delegado Geral da Polícia Civil; Dra. Keila Tomasi, representante da OAB; Sr. Rodrigo Marinho, Presidente do SINSEPOL.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir e analisar a

necessidade de convocação dos excedentes do último concurso da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Convido também, quem quiser compor a galeria aqui, dos excedentes, pode vir compor. Eu vou fazer rapidamente uma razoável e a coisa tem que ser rápida, eu gosto da coisa bem rápida e bem objetiva.

Tivemos uma reunião, foi proposta, uma mesma Audiência Pública no dia 14 de março de 2015 e foi proposta pelos Deputados Jesuíno Boabaid e Léo Moraes, lá nós saímos com um meio encaminhamento enquanto iriam fazer uns estudos de quantos policiais, agentes, delegados iriam poder compor o crivo criminal e outros membros da Polícia Civil, caso, servidores, que poderiam ser convocados. Então o que é que houve? Eu fui procurado por alguns excedentes da Polícia Civil e eles me disseram que queriam ter informações bem como qual era a proposta do Governo para convocação, o chamamento na 2ª Academia da Polícia Civil e é por isso que hoje eu quero apresentar, no caso, eu vou passar a palavra logo para o Rodrigo Marinho, do SINSEPOL, para fazer uso da palavra para manifestar quanto às necessidades bem como o que ele pode trazer de informação.

O SR. RODRIGO MARINHO – Muito bom dia a todos! Antes de saudar as autoridades presentes na Mesa, e já quebrando protocolo, peço vênica para saudar os colegas excedentes do último concurso da Polícia Civil e esta Audiência Pública eles são os maiores interessados, e, portanto, as maiores autoridades aqui presente.

Saúdo o Presidente desta Audiência pública, o proponente Deputado Jesuíno Boabaid que tem sangue de polícia, foi sindicalista, é da Comissão de Segurança Pública e, portanto, conhece demasiadamente as mazelas enfrentadas na Segurança Pública desse Estado. Saúdo também o Secretário de Segurança, Dr. Antônio Carlos dos Reis; Dr. Eliseu Muller, nosso Delegado Geral a quem abro laços para dizer que neste quesito tem sido guerreiro na busca da contratação do excedente dos policiais porque sabe, bem sabe como policial operacional que foi que sem essa contratação a Polícia Civil ficará inadministrável. Cumprimento também o Deputado Estadual Dr. Neidson, obrigado pelo apoio Deputado; também o Sr. Francisco de Assis, representando neste momento a SEGEF e a Dra. Keila Tomasi, representante da OAB, meus cumprimentos.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailier**
Departamento legislativo - **Huziel Trajano Diniz**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Bom, vou comentar a cerca da nossa posse, está aqui a nossa vice-Presidente Lindalva Miranda, nosso Diretor Social Adão, nosso Diretor Financeiro, o Osvaldo que representa os escrivães. Nós, tomamos posse há 06 meses e começamos desde esses 06 meses Deputado fazendo um feito nunca antes feito em nível de Sindicato que é visitar as unidades de polícia, todas elas, para denunciar o caos instalado na Segurança Pública desse Estado no que diz respeito tanto a falta de efetivo quanto as precariedades das unidades policiais. O fato é grave, o fato é grave! E não é exagerado dizer que a Polícia Civil hoje se encontra na UTI, também não é demasiado dizer que vários servidores estão trabalhando de forma sobrecarregada que mais parece um trabalho análogo de escravo, isso por quê? Porque não se tem efetivo. A polícia hoje conta com menor efetivo da sua história desde a sua fundação e o fato mais grave que a gente vai elencando é que o Governo do Estado depois das delegacias criadas ainda no âmbito do exterritório, só nessa capital que eram oito DP's teve a coragem como forma de Projeto de Governo de fechar duas delegacias de polícia, hoje nós somos a capital com menos delegacia de polícia do Brasil, do Brasil. Também, em razão da falta de contingente dos servidores da Polícia Civil, cria-se nesse Estado um famigerado sobreaviso, de forma não regulamentada, de forma sobre-humano e que o Estado de Rondônia não paga nem um centavo a mais para os servidores que trabalham exaustivamente cumprindo sobreaviso, ou seja, passam a semana, ultrapassam do limite legal de 40 horas, trabalhando até 70 horas sem receber nada por isso. E não pagam alegando o quê? Dedicação exclusiva. Só que o legislador, Deputado Jesuíno, quando nos colocou essa condição de dedicação exclusiva, ele apenas quis dizer que a gente não precisaria trabalhar, não pode trabalhar em outros lugares. Mas, não quis dizer a gente virasse um robô e trabalhasse 24 horas, essa não foi a intenção do legislador. Também, como o Dr. Eliseu sabe, a nossa Polícia hoje tem no seu "gafe" mais de 300 processos de aposentadoria, e que não só se aposentam os policiais porque também Rondônia é o único Estado da Federação que não reconhece aposentadoria especial do Policial Civil, conforme a Lei Complementar nº 51. O Brasil inteiro aposenta o policial civil depois de 30 anos de serviço com paridade e integralidade. Rondônia não, mais um absurdo perpetrado por esse Estado. Hoje, o Dr. Shalimar, Promotor da 20ª Promotoria de Justiça, entrou com três ações civis públicas para contratação, para obrigar o Estado a contratação de mais servidores. E em reunião com ele, há absoluta certeza que hoje falta cerca de 600 servidores para se trabalhar a contento. E você somando esses 300 policiais que estão aptos aposentar e que não só aposentam em razão do Estado de Rondônia cercear o direito de aposentadoria, seriam 900 policiais. Nós, apenas do Governo de Rondônia ter contrato 133, aliás, contratado não, feito concurso para 133 e só contratou 120, porque no meio da academia mais de 13 já se evadiram, mais de 13. Hoje, ainda hoje eu vindo para cá, passei no Hotel de Trânsito, nosso Diretor Adão e tem uma menina que está saindo da polícia hoje de Cacoal, vai tomar posse em outro concurso. Daí porque, hoje eu também posso alertar, tudo faz parte da mesma discussão. O Governo há três anos vem enrolando o PCCS da categoria, os salários congelados fazem com que aumente a evasão, também é um dos motivos. E por fim, então, quero aqui agradecer mais uma vez a oportunidade da gente está discutindo este tema de alta relevância, dizer que o SINSEPOL continuará lutando incansavelmente para contratação, não só desses excedentes, todos, assim como terminando a contratação desses excedentes cobrando que o Governo imediatamente convoque

outro concurso público, porque os excedentes que tem, contratando todos ainda é insuficiente. Vamos continuar lutando para que a Polícia Civil tenha, esteja trabalhando corretamente, que não haja o sucateamento; porque o sucateamento da Polícia Civil, eu não sei a quem interessa, de certo que a população não é. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON – Só uma perguntinha. Rodrigo. Quantos são os excedentes ainda desse concurso?

O SR. RODRIGO MARINHO – É um concurso que foi feito de forma regionalizado, o filtro foi tão grande que mais de 70% foram reprovados. Hoje têm menos de 100 policiais para serem contratados. Que é um número ainda insuficiente demais, nós precisamos urgentemente aí de 600 policiais no mínimo. Saindo as aposentadorias que eu disse que está em curso, esse número aumentaria mais ainda. Só para alertar, existe aí diversas, eu trouxe até uns dados aqui por delegacias, não quis me estender; tem delegacia que nem autoridade policial tem nesse Estado. Tem delegacia como Nova Mamoré que não tem nem um policial no serviço hoje para investigar, com mais de duas mil ocorrências. Então assim, um caso, o fato da Polícia Civil é grave Deputado, muito grave.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, com a permissão de Sua Excelência, o Senhor Deputado Jesuíno Boabaid; queremos registrar aqui a presença do Dr. João Francisco dos Santos, o Dr. Doca, que representa, ele é Assessor Jurídico do Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano e está aqui representando o Deputado nesta Audiência Pública; Senhor Ramon de Miranda, representando os peritos excedentes; Leandro da Silva, representando os excedentes dos Delegados de Polícia; Dr. Júlio Ugalde, Delegado de Polícia; o Senhor Rodrigo Marinho, Presidente SINSEPOL, está aqui à Mesa; Dr. Eliseu Miller, compondo à Mesa; Dra. Keila Tomasi, compondo à Mesa; também registrando o Senhor Osvaldo Barros da Silva, representando o Sindicato dos Escrivães de Polícia Civil. A Ordem, a orientação didática de Sua Excelência, o senhor Deputado Jesuíno Boabaid, permitiu ele saber se alguém ali da galeria gostaria de fazer uso da palavra, os excedentes, caso queira levantem o braço e venha aqui, com contrário já estão representados aqui pelo Sindicato.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu fui muito bem sucinto para dar celeridade nesta ação. Porque ficar, eu sou muito pratico não gosto de muita balela não. A gente quer ouvir, logo que se vai convocar, necessidade é clara e aqui eu não quero puxar sardinha para o lado A ou B. O Secretário de Segurança, bem como os demais, sempre foram e estão a favor desta convocação. E ontem eu recebi um excedente, eu não sei se ele se encontra aqui presente e ele tem alguns dados, e eu creio que o Comando, o Secretário também tem, que pode até colaborar com as nossas discussões hoje pela manhã. Mas, dizer que eu já me reunir com o Governo e estar sensível a causa, está sensível a causa e a tendência Rodrigo, é mais delegado, mais polícia, e acredito que todos excedentes, eu não vou dizer esse ano. Mas a minha preocupação aqui na minha fala é que esse concurso, ele tem validade até junho de 2017, e aí a gente já poderia já com a palavra do Secretário de Segurança que é autoridade maior aqui referente à Segurança Pública do Estado. Então, eu quero ouvir algumas situações quanto à validade e a academia, dessa situação para gente encaminhar logo para dá uma palavra quanto ao concurso da Polícia Civil.

Passar então a palavra para, era para a SEGEp, e o senhor era o terceiro, eu vou inverter então, ouvir o senhor Dr. Eliseu Muller.

O SR. ELISEU MULLER DE SIQUEIRA – Bom dia a todos. Em nome do Presidente desta plenária Deputado Jesuíno Boabaid, eu cumprimento toda a Mesa. E como o Deputado acabou de dizer, a notoriedade da falta de servidores, o que é notório não se discute a falta de servidores na Polícia Civil, isso é notório, ponto vencido, o que nós temos que discutir aqui é de como teremos força para que o Governo venha realmente e contrate mais servidores. A questão da Segurança Pública e falta de servidores, não é privilégio ou desprivilegio senhor Deputado do Estado de Rondônia, é no país todo. Recentemente eu tive um encontro Nacional dos Delegados de Gerais, no país Deputado, estão fechando delegacias de polícia, nos vários Estados porque não tem servidores. Eu ontem mesmo estive com o nosso secretário e também conversei com ele, falei: Secretário, nós vamos ter que fechar delegacias aqui no Estado de Rondônia, e o nosso Secretário não é por está aqui presente e por ser o meu colega Delegado de Polícia, é uma pessoa também imbuído, reconhecedor, técnico até porque já vivenciou dessa necessidade por inúmeras vezes esse ano, inúmeras vezes desde março senhor Deputado, quando daquela reunião feito, citado pelo senhor quando eu lhe apresentei, fiz um encaminhamento das necessidades, da possibilidade dessa segunda turma, uma possibilidade de contratação visualizarmos nós da Delegacia Geral de Polícia Civil, a possibilidade de chamarmos cento e setenta e sete servidores dentre delegados. Esse encaminhamento foi feito a Secretaria, a Secretaria SESDEC fez seu encaminhamento a Mesa para que ali se fizesse os estudos necessários, questão orçamentária, estou vendo lá LRF, ou seja, todas essas coisas que nós já sabemos, situações muitas vezes impeditivas até de fazer essas contratações. Então, eu como Delegado Geral e Técnico e Chefe da Polícia Judiciária do Estado de Rondônia, por diversas vezes já disse, precisamos de servidores o maior número possível, fizemos gestão junto a SESDEC, junto ao Governo, junto aqueles que decidem e devem decidir para a contratação de mais servidores. No primeiro turno das eleições municipais com as eleições e fatos que ocorreram nos vários municípios, para o senhor ter uma ideia, nós perdemos cinco delegados Deputados, cinco, um eleito em Ariquemes Prefeito, outro eleito Vereador em Rolim, um assassinado, outro preso, um aprovado no concurso de Juiz em Mato Grosso e sexto ou quinto que provavelmente vai ser assessor do Prefeito em Ariquemes. E recentemente foram contratados apenas dez delegados de polícia, ou seja, estamos perdendo Deputado Neidson, estamos perdendo. Então, é cristalina a necessidade de mais servidores, a direção geral fez e está fazendo a sua parte que é apresentar a necessidade a quem decide. Recentemente, eu levei umas pauladas aqui de um Deputado desta Casa, com toda razão, no direito do Deputado, reconheço, criticando a Delegacia Geral porque não formou ainda, não estabilizou policiais numa delegacia criada em Monte Negro, a criação daquela delegacia no Vale do Jamari faz parte do projeto da Polícia Civil do Governo do Estado, vai minimizar e muito principalmente essa cidade de Ariquemes, para essa delegacia deputado irão mil inquéritos, desses mil duzentos de homicídios. Uma delegacia que nasce com mil inquéritos, duzentos de homicídios e lá também está o Delegado Geral, esta o Secretário juntamente com a Prefeitura através de um termo de convênio, a Prefeitura contando com colaboração da Câmara Municipal cedeu para a Polícia Civil por cinco anos podendo ser

prorrogado por mais cinco a estrutura física para montarmos a Unidade policial, e estamos montando a unidade policial. Ai me deparo com uma liminar do Poder Judiciário de um de um procedimento intentado, promovido pelo Ministério público impedindo que eu tire delegado de um local onde temos três delegados em Burity, impedindo que eu tire um delegado que eu colocar lá em Monte Negro e agora eu tenho que fazer toda uma justificativa como já fiz, encaminhar para a PGE para que a Advocacia do Estado venha se contrapor, entrar num contraponto com essa decisão no sentido de que derrube e eu posso então mandar um delegado para lá e finalmente organizar aquela unidade policial que é o anseio do deputado, meu amigo pessoal, é o anseio do deputado da região, é o anseio da população que várias vezes se reuniram querendo fechar a BR, ou seja, além de nós não termos servidores, além da dificuldade de colocarmos e transferirmos servidores, não é Secretário? É difícil transferirmos servidores nós também temos organismos externos também que vem e querem fazer tipo gerenciamento de interesse de interna corporis da Polícia Civil do Estado. Então são todas essas dificuldades pela qual nós possamos deputados, e eu sei que o senhor é um grande aliado da Polícia Civil, um grande aliado, os deputados são um grande aliado da Polícia Civil. Eu hoje disse a um delegado que não adianta virar o balde das coisas, digo isso para o nosso Presidente do SINSEPOL, não adianta virar o balde, virar o balde não conseguimos nada, nós temos que buscar alianças, nós temos que ter bom senso senhores deputados e o bom senso é isso aqui, a aliança é isso aqui, quando o senhor através dessa Casa aqui tem força vem e buscar fazer com que o Governo faça também a sua parte, que seja o mínimo, mas faça. Não devemos esquecer também que o edital é a lei e este edital e esta lei vale até julho de 2017, podendo ser prorrogada por mais um ano. Então pessoal quicá gostaria e tenho certeza que o Secretário também, que nós pudéssemos e tenho certeza que com a força da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia nós possamos fazer uma academia que está pronta, não precisamos construir a academia, nós temos os professores, nós temos vários servidores que já aposentaram, transposição, ou seja, nos abriram brechas no sentido de que nós possamos convocar todos os remanescentes que se faça academia e cada qual vai para a sua unidade prestar o serviço para a nossa comunidade. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Agora o senhor Secretário, eu quero ouvir agora a situação do ...

O SR. ANTÔNIO CARLOS REIS – Bom dia a todos, começar cumprimentando o deputado Jesuíno, Presidente dessa Mesa, deputado Neidson, nosso Diretor Geral Dr. Eliseu, a Keila representando a OAB, o Rodrigo, Presidente do SINSEPOL, em nome dele cumprimento todos os policiais civis aqui presentes, o Francisco da SEGEp também quero cumprimentar. E eu começo a minha fala deputado dizendo que sem segurança nenhum país, nenhum Estado, nenhum município se desenvolve. Ninguém investe, ninguém faz nada se não tiver pelo menos essa condição de desenvolvimento, principalmente num país em que nós vivemos, num país em que se esqueceu da segurança pública como um todo, essa é a nossa realidade. Quero corroborar as palavras do Dr. Eliseu, não tiro uma vírgula porque é a nossa realidade. Tenho 23 anos de polícia e já sofri todas as agruras que um policial pode passar; só no município de Vilhena foram 08 anos e 03 meses, então eu sei o que é faltar um combustível, faltar uma viatura, já trabalhei com o Eucedir, que está ali em Vilhena, então para nós que fazemos

segurança pública e não é porque hoje eu estou numa outra condição que eu não me sensibilizo, não me sinto indignado com essa condição em que temos, e foi por isso que eu aceitei o desafio, eu não queria mas aceitei o desafio de aceitar o convite de ser secretário porque eu sempre imaginei uma segurança pública melhor. Eu quero dizer aos deputados, aos colegas que estão aqui, aos futuros policiais civis, porque esse é o meu desejo, esse é o meu trabalho. Na semana passada, na sexta-feira, eu estive com o principal representante da mesa de negociação e ainda cobreí, falei: 'olha, precisamos resolver a questão da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros'. É claro que se eu começar a me estender muito sobre Segurança pública eu não vou direto ao assunto dos remanescentes da Polícia Civil, mas eu vou só citar um exemplo de que no Corpo de Bombeiros nós temos hoje somente um engenheiro e nós precisamos contratar mais engenheiros para o Corpo de Bombeiros porque as vitórias precisam ser feitas, o comércio precisa se desenvolver. A questão de nós estarmos nessa situação, como eu falei, é porque não há uma preocupação maior, mas eu também tenho que admitir como um policial que trabalha há 23 anos de que neste Governo de certa forma muita coisa vem sendo feita, se não foi definitivamente conclusa não é por vontade própria, são as questões do dia a dia, como as unidades que estão sendo construídas que só de pronto temos 18, 02 já foram entregues e temos só mais este ano 05 que serão entregues até dezembro, temos a questão dos equipamentos que melhoramos muito. Eu já trabalhei em viatura que não tinha ar-condicionado, não era de direção hidráulica, não tinha rádio de comunicação adequado, então sei das mazelas porque passa a nossa Polícia Civil, e é por isso, senhores, não tenham dúvida eu não sou demagogo, eu não sou político no sentido amplo da palavra, político todos nós somos, eu não sou político no sentido amplo como eu estou dizendo, mas eu quero dizer que é incessante a nossa luta para que haja esse reconhecimento. Sou obrigado muitas das vezes a me quedar, a me curvar as condições que as vezes o Estado passa, como por exemplo a questão econômica. Se fosse por minha vontade, não tenham dúvida, hoje nós já teríamos 800 policiais militares na rua, no mínimo nós já teríamos os mais 60 policiais do Corpo de Bombeiros, a própria Politec também está precisando de peritos e agentes administrativos, sem contar a nossa Polícia Civil que, como já bem disse o Rodrigo, vive condições às vezes subumanas em virtude de sobreaviso. Eu até há pouco tempo eu tinha em minha casa um calhamaço de escadas, eu achava que lá na frente eu pegaria aquelas escadas para fazer um pedido em juízo, mas prescreve, o mundo jurídico é cheio de nuances então a gente não tem como fazer tudo aquilo que a gente quer, mas eu guardava, eu guardava porque eu fazia um flagrante na madrugada, às vezes dois na madrugada e às 07:30 horas da manhã eu estava na delegacia. Sempre lutei para que houvesse a regulamentação do sobreaviso, sempre lutei para que nós tivéssemos uma delegacia mais limpa, sempre lutei para que nós tivéssemos locais dignos de trabalho, mas não é só para a gente trabalhar não, é para poder recepcionar o cidadão, porque nós existimos para atender o cidadão. Repito, eu sei de cada situação. Essa conversa que eu tive com o principal representante da mesa de negociação do Estado eu falei para ele, eu falei: precisamos resolver o problema da contratação, precisamos aumentar o número, tem muita gente indo para a aposentadoria, tem muita gente cedida, vai haver reunião dos Poderes, converse com os Poderes, vamos sensibilizá-los também a devolver algum. Eu também acho que os Poderes necessitam as vezes de determinados servidores com certa especialização, mas a quan-

tidade pode ser diminuída, nós podemos limitar isso daí. Quero dizer para vocês que nós temos uma Ouvidoria hoje da Secretaria de Segurança Pública e que num trabalho realizado pelo Estado afora foi feito um relatório e esse relatório foi apresentado ao governador, ao vice-governador, ao chefe da Casa Civil, a todos os membros da MENP para demonstrar qual é a realidade mesmo já conhecendo todas elas, fiz questão de expressar tudo aquilo num papel, para que ficasse devidamente formalizada e demonstrada a nossa situação. Continuarei, o Governo está sensível no sentido de fazermos uma nova Academia e, tão logo seja possível, também fazer um novo concurso. E temos sim essa preocupação de que esse concurso não pode expirar sem o chamamento dos senhores. Não tenha dúvida que essa luta tem sido firme, por mais que alguns não acreditem, mas eu quero dizer que ela tem sido firme. Não tem sido deixado de falar verdades e eu vou continuar fazendo esse meu papel, mesmo tendo que, muitas vezes, como eu falei num primeiro momento, nós havíamos pedido um determinado número de policiais e a equipe econômica chegou "olha, nesse momento nós podemos liberar esse quantitativo". E eu tive que aceitar, porque era melhor aquilo do que nada. E a luta continua para que esse efetivo seja dobrado daquilo que foi autorizado. E que as outras demandas que já foram apresentadas em algum momento sejam atendidas. Repito, há uma preocupação. Tem sido feito estudo para que isso aconteça. Realmente para esse ano fica muito difícil qualquer chamamento agora, acredito eu, apesar da reunião que provavelmente vai ocorrer na próxima semana. Mas eu quero dizer que não expirará, e isso eu vou fazer de tudo, esse concurso sem que haja esse chamamento. Nós precisamos que todos vocês venham engrossar as nossas fileiras, não tenham dúvida disso. Para encerrar, não quero mais me alongar, eu quero dizer aos senhores, e repetir, que sou policial e sei de onde sou e sei o meu lugar. O meu lugar hoje é na Secretaria de Segurança Pública, mas amanhã poderá ser em qualquer Delegacia deste Estado, e eu não me envergonho disso. E é por isso que continuo lutando, e nunca, e nunca desisti do meu trabalho. Se quiserem fazer as mudanças, podem fazer, mas desistir eu não desisto enquanto eu não ver a nossa condição um pouco melhor. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Secretário, quem renova lá o certame é Vossa Excelência, pelo menos a gente tem que sair com uma resposta quanto... Em junho, antes de junho, haver a prorrogação do certame. Pelo menos esse acordo, com esta Casa, tem como a gente sair?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Tem. Como falei, dependendo exclusivamente de mim, esse concurso não vai expirar. Antes disso, nós faremos esse chamamento da Academia. Esse é o nosso compromisso, não só com os sindicatos que representam os que são contratados, porque quem hoje trabalha já sofre no seu dia a dia. Eles ainda vão passar por algumas coisas. Mas hoje, a nossa preocupação é com quem está também, é quem está lá na ponta, lá na Delegacia, quem tem que pegar uma viatura ir para a rua, quem tem que fazer as oitivas, quem tem que prender. Então, a primeira preocupação nossa é melhorar e aumentar as nossas fileiras. E obviamente que nós já temos esse número para fazer isso. E esse é meu trabalho, não tenham dúvida, ele tem sido feito semanalmente. As cobranças têm sido semanais, para que não se caia no esquecimento. A administração pública é muito burocrática, ela é muito demorada. A rotina, às vezes, tira o foco e esse foco eu não vou deixar ele perder não. Não tenham dúvi-

da que essa cobrança continuará sendo feita semanalmente. E como eu falei, dependendo de mim, esse concurso, que está em vigência, não vai expirar sem antes chamar esse pessoal.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então acrescenta na Ata aí que o Secretário confirma que não haverá expiração do concurso em junho 2017. Haverá prorrogação por haver interesse por parte da Secretaria de Segurança Pública em convocar todos os excedentes, não é isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – E não é só da Secretaria de Segurança Pública, eu repito. O Governo está estudando fórmula para que haja essa contratação. Repito, nós passamos por uma questão econômica e que há uma preocupação em deixar questões de salários para depois, pagar pela metade, mesmo o Estado sendo hoje um Estado diferenciado perante o nosso País, precisamos ser organizados. O mais importante é que existe essa preocupação. O próprio Governador, na inauguração da UNISP de Nova Brasilândia, falou sobre contratação da Polícia Militar e falou da contratação da Polícia Civil. Eu repito, é uma preocupação e nós vamos fazer de tudo para os senhores, se Deus quiser, no início do ano a gente possa ter uma novidade e iniciar essa Academia.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - o SEGEPE, você quer falar? O membro da SEGEPE, eu concordo, ele só vai dar posse, no caso, quando for, mas a Helena ainda é Presidente da Mesa? Ela é Presidente da Mesa ainda?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS – A Dra. Helena é Presidente da Mesa. Eu não estou acompanhando a MENP. Faz tempo que eu não faço mais parte da MENP. Eu sou um técnico da SEGEPE que trata dos concursos. Fui pego de surpresa, hoje ela me convidou para representá-la, não pôde comparecer, então...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Por isso que quando a gente convida...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Se o senhor me permitir, tudo é deliberação. Então eu já peço ao Francisco que leve essa, obviamente o que está sendo discutido aqui, para a Dra. Helena e eu também farei isso. Vou procurá-la para falar da Audiência de hoje aqui e a obrigação é minha também, já que eu quero que isso aconteça, que você ajude a levar até ela essa preocupação do prazo que nós temos e mais do que isso, da necessidade de a gente enfrentar esse chamado o mais rápido possível.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Alguém que quiser falar para acrescentar, que possa trazer alguma coisa de viável para as discussões, algum dado. O que eu vi aqui foi: o Dr. Eliseu afirmou categoricamente que necessita de efetivo, já colocou até um ponto. O Secretário vem e “concordo com a mesma fala do Dr. Eliseu”. Então a gente só tem que agora traçar a meta com o governo em chamá-los, e ver qual vai ser a data do chamamento. Estou aqui falando com Emerson, no WhatsApp neste exato momento, ele está em reunião, mas busquei falar “quando será chamada a próxima Academia?”. Ele está estudando essa situação. Mas Secretário, eu vou dar a palavra para o Ramon, e a gente vai já partir para algumas questões. Por que o que não pode também a gente trabalhar de uma forma que vocês, como o senhor falou mesmo, guardava escalas por conta de que trabalhava de forma excessiva, além daquilo que era trabalhado, daquilo que era acordado. E

o Estado também não pode mantê-los até por conta que, no entendimento há o enriquecimento ilícito por parte deles. Eu, em respeito a Vossa Excelência, porque eu tenho muito respeito, pode ter certeza disso, respeito a todos que se encontram aqui presentes, eu não fui para uma situação mais agressiva, utilizando das nossas prerrogativas, do nosso poder... O poder estatal deve estar subordinado a esta Casa quanto as nossas fiscalizações, exercendo o papel mesmo coercitivo em fechar delegacia, porque, em respeito, entendendo algumas questões. Mas vai chegar o momento que o próprio Sindicato já peticionou e se encontram nesta Casa, documentos, que a gente vai ter que tomar posição mais rígida. Delegacias que não têm condições de laborar por conta até de que, eu vi num vídeo que foi invadido por água, foi alagada praticamente, eu não sei o que aconteceu lá. Mas a questão de falta de recursos humanos, vários inquéritos tramitando e tem uma série de outras questões. O senhor está levando da forma que tem aqui as condições, junto com seus servidores, no caso, seu estafe que está ali prestando esse serviço para o senhor, mas nós entendemos que chamar esse quantitativo ainda vai ficar faltando ainda. Isso é fato. Concordo plenamente, e aí eu deixo aqui a minha fala, servidor que foi concursado e está em outra Secretaria, está certo, está corretamente. E se for necessário vai ser remanejado todo mundo para a sua Secretaria, sem dó. Faz concurso, faz concurso para tal área. Agora, o que não podemos é área de educação, área de segurança, área de saúde, você vai pegar lá, fazer o levantamento, tem mais de 12 mil servidores que estão em desvio de função, exercendo função que não era para exercer. Concordo, concordo. Quando você fez o concurso? Outra coisa, na fala inicial do Delegado prestar assessoria para Prefeito? Ele foi eleito, é diferente. Aí a legislação permite, permite. Agora, ele vai prestar assessoria para um Prefeito? Aí fica mais difícil ainda, mas eu não vou entrar nessa seara, se existe uma legislação ainda que permite, nós temos que rever isso e discutir num futuro próximo. Agora, o que não pode é, neste exato momento, trabalhar da forma que vocês estão, de forma precária, mais de 200 homicídios, 42, eu falei com o Dr. Shalimar, são 48 Delegados que já foram... Eu estou falando, estou somando tudo, 20 transpostos, salvo engano foram 22 transpostos, 20 foi; 6 que estão numa situação que o Dr. Eliseu falou, entre aposentados, 01 foi a óbito, 01 está preso, outro foi eleito. Então o total, então nós temos a necessidade urgentemente de ter Delegados, Agentes de Polícia, Peritos Criminais, Datiloscopista, não é? Tem tudo, tem necessidade de todo esse campo, porque hoje, você pode fazer uma fiscalização nas Delegacias, quantos inquéritos estão parados por falta de quê? Falta de Delegado, falta de Agente, falta de tudo. E quando você vê, inquéritos que não vão prosperar. Furto então, é tudo arquivado porque não tem como procurar. Eu excedi com o que era lá da Patrimônio, salvo engano da Patrimônio, foi um profissional que sempre teve à frente ali, foi Diretor do... Como é que era o nome deles, do sistema de entendimento, que vocês falam de vocês, fugiu da memória, que era o representante, chefe da SEVIC, ele e aquele mão de ferro que Deus o tenha, como era o nome dele, conhecido também, que era amigo dele que é o Gerôncio rapaz! Homem, o homem, quem conheceu aquele homem, igual meu tio, que eu tenho respeito, ainda não morreu não, está vivo é o Fininho, famoso rambo, ele é da grossura de uma caneta, mas bravo igual um siri, Farias. E eu vejo as pessoas trabalhando no sangue, delegados, policiais e aí causou, até explicando para alguns excedentes: “o Deputado Jesuíno está querendo tomar até a Academia agora para dar para a Polícia Militar”. Gente! Olha só a que ponto, por

estar vago, por estar uma situação que os militares têm o curso de Formação de Sargento, eu fui lá junto com o Dr. Túlio, conversei com ele, porque tem muita coisa que está sendo revisto lá, visto. Eu falei: olha, eu vou até ajudar por conta disso, e nem por isso, porque eu gosto de ajudar. Já fiz o compromisso de encaminhar esse ano um guincho para a Polícia Civil eu vou mandar esse guincho para também melhorar o serviço de vocês para vocês terem também esse guincho, esse ano eu vou encaminhar um guincho para a Polícia Civil, melhorar também as condições lá da Academia da Polícia Civil, porque a nossa Academia da Polícia Militar, eu falo a nossa, se Deus quiser em breve estarei incorporado na Polícia Militar, isso se cumprir, não é? Mas vai cumprir a Emenda Constitucional. Eu falei: não, esses dois meses que ficam pronto à gente ia utilizar lá, teria como? Aí eu até falei com o Secretário, só que por falta de efetivo já tem informações confirmadas por parte do Comandante Geral, inclusive, eu queria até falar com o senhor depois que só em fevereiro iniciar o "CFSII". Então, a situação da Academia também vai ficar, não teve avanço quanto o início do CFS. Mas, para nós, o que importa nesta manhã é ouvir isso que eles falaram. Tem esse comprometimento, tem essa necessidade, o que está faltando agora, porque aí é questão de Estado, porque, eu, o Deputado Neidson, o Deputado também é membro da Comissão de Segurança Pública, Presidente da Comissão de Saúde, mas é um membro atuante da Comissão de Segurança Pública, a gente usar nossas ferramentas para que o Estado comece a movimentar, comece a chamar, falar: "George, esse negócio de LRF, ontem me apresentaram da em torno de dois bilhões de reais, dois bilhões de reais, quarenta e quatro por cento se você chegar até o patamar de 2% teve um cálculo que um excedente trouxe aqui eu falei rapaz, se é tudo isso ainda dá para a gente queimar uma gordurinha, para os que já foram transpostos tem sobra também". Então, dá sim para a gente trabalhar nessas contratações desses excedentes e porque é que eu digo isso? O Projeto de Emenda Constitucional 241 que tramita no Congresso ele diz lá: "que só poderão ser chamados àqueles que foram no, caso, substituídos não é, que foram para inatividade, que foram mortos". Então, tem esse dentro do próprio bojo da PEC, essa questão. Então estamos respeitando, o Dr. Eliseu, apresentou vários números aqui e tem condições de chamar sim se houver, como eu falo, um entendimento por parte da Mesa lá, que a Mesa quem comanda é o George, o homem é pior que turco, o homem para tirar... Mas eu vou ter que falar: "George, vamos ter que, tem o Emerson que está sensível, o Secretário e demais, tem estudo, tem tudo o que é que está faltando para iniciar? Então a gente tem que sair daqui com essa questão. O ponto de sair feliz aqui dentro dessa discussão é que o Secretário vai fazer a devida prorrogação do certame, pelo menos isso e vou notificar o Estado junto com esta Assembleia aqui, vou chamar, aí eu não vou mais chamar desta Mesa aqui não, em uma Audiência, Audiência não, uma Sessão Ordinária da Casa, o senhor George Braga e se for necessária MENP para estar presente aqui, mas eu acho que é um ato muito agressivo se for dentro de um diálogo eu vou conversar com ele, nesse ínterim chamar uma Audiência de Instrução para a gente já colocar quando é que o Estado vai poder chamar. Rodrigo, você falou a situação do PCCR não é? Novembro é a data que deverá todos os PCCRs estar aqui presentes, todos, isso foi acordo

quem estava na Mesa ouviram, todos estarão presentes aqui, dos Agentes, de vocês e SESAU, vai ser de todo mundo vai vir para cá, SEJUS, eu não sei se vai vir da forma que os servidores estão pleiteando, mas que tem esse compromisso de vir para cá já está consolidado, até porque a LOA só vai ser aprovada depois disso. A Lei está aqui, já a LOA, não vai passar enquanto não houver PCCR. Então o Governo tem interesse de aprovar, os Deputados têm interesse de aprovar porque querem entrar em recesso até 15 de dezembro e aí a gente vai estar aqui. Eu já meti uns 15 Requerimentos pedindo informação, então eles vão obter que me responder tudo, total obstruída a LOA enquanto não tiver informações do PCCR dentro da parte jurídica e legal, o Deputado ele pode requisitar informações quanto a LOA, redução, aumento de despesa, corte, então tem tudo isso. Eu estou pedindo informação e até lá acredito que todos os PCCS de vocês estará aqui presente, não é isso? Então a gente tem que torcer que o Governo traga essas... Ouviu Deputado que a gente, quem é da Base do Governo comece a trabalhar essas informações porquê... Então a gente vai ter que passar de dezembro, passar dezembro trabalhando aqui, que eu gosto muito de trabalhar, dezembro, entrar em janeiro e emendar logo, porque por mim não tem problema com férias não, férias a gente, esse negócio de férias, eu sou. Eu ia falar um negócio aqui porque servidor até treme quando eu falo aqui, porque para mim tem que trabalhar até sábado e domingo, eu trabalho, por mim eu vou em encontro, eu vou, eu trabalho dia de sexta, sábado e domingo, tem que ser, tem que ser, a gente está aqui em nome do povo e o povo tem que ter uma resposta, não adianta a gente ficar aqui falando que está trabalhando, enrolando o povo e é por isso que muitos estão aí vendo, assistindo, olhando como é que a política está mudando, de 21 voltou só 07 e o Prefeito foi para aquele lugar, foi embora, foi lá para o lugar que ele era, lá no consultório dele. Pelo amor de Deus, o homem é ruim, como eu sempre falo e eu digo aqui; Deputado que não trabalhar meu amigo, vai voltar eu sei para onde, para casa também, porque eu não acredito que a sociedade não está olhando, eu tirei essa ideia que não está analisando o perfil de cada Parlamentar, que é o dever do cidadão, porque passa 04 anos aqui sem produzir nada, aí o cara ainda tem a cara, passa óleo de peroba e vai lá pedir o voto do cidadão. Eu não faço isso não meu amigo, eu não tenho essa capacidade de vir, quem me conhece sabe a minha postura. Às vezes, rapaz, como um homem desse é Deputado, porque é um jeito diferente de fazer política, que eu quero a coisa dentro de uma. Eu não gosto de ficar falando um monte de coisa, eu não gosto de fazer aquele discurso lindo, sabe; aquele que 'ah, o povo olha, é um homem', mas, não é isso que o povo quer. O cara quer atitude, quer ação positiva, quer dentro de uma realidade trazer resultados, é assim que funciona o resultado e o quê que o cidadão espera. Hoje, vocês estão aqui para ouvir o quê que tem de resultado para convocação, não é isso que vocês querem? É isso, não adianta a gente avançar e não ter um resultado. O Secretário não tem esse poderio para vir falar aqui: olha, eu vou chamar, porque o Governo tem uma mesa lá, que é a mesa da enganação que eu falo. Mas, é a mesa de negociação; em respeito, porque só fica postergando coisas e às vezes. Eu vi um documento que eu quase, eu falei: não acredito que o Estado vai fazer isso, 23 salvo enga-

no, foi 23 ou foi 26 que foi autorizado para nova segunda academia. Isso foi um absurdo gente, eu quase que falei: se iniciar um certame com 26, é prejuízo para o Estado gente. Então, não tem nem condições, acredito que isso já está avançando, está bem além do que nós estamos discutindo. Então, por isso que eu digo, nós estamos em outubro, já dessa reunião eu fico feliz em ouvir a situação da prorrogação, fico feliz no entendimento do Secretário, tanto do estudo que foi feito pelo próprio Dr. Eliseu e fico feliz que o próprio Secretário da Casa Civil já está sensibilizado e vai aguardar só a resposta agora da mesa, que nós iremos propor hoje uma nova recomendação, tem uma recomendação aqui nesse processo que foi peticionado para que tenham uma resposta mais plausível; assim como eu fiz um requerimento pedindo várias informações e me respondam agora no prazo razoável quando será o início dessa segunda academia para vocês. Está bom. Pode falar o que o senhor quer falar aí. Ramon, você fala depois dele, ele já está aqui.

O SR. ADRIANO FRANÇA DA SILVA – Meu nome é Adriano França da Silva. E eu excedente ao cargo de Delegado, estivemos aqui na última Audiência Pública que foi promovida também pelo Deputado Jesuíno Boabaid, o qual agradecemos aqui o empenho e a luta com mais essa Audiência Pública em prol da uma nova Academia da Polícia Civil, em nome do qual nós cumprimentamos toda a Mesa, o Secretário de Segurança Pública, o Dr. Antônio Carlos dos Reis, o qual agradecemos a presença e o empenho também; o nosso Diretor Geral, Dr. Eliseu Muller, que está, não tem medido esforços no sentido de promover essa Academia de Polícia; o nosso representante sindical, eu digo nosso, porque eu sou já Agente de Polícia, nosso amigo Rodrigo Marinho, tem feito um excelente trabalho a condução, a frente do Sindicato da Polícia Civil, também aproveitamos para agradecer a presença da advogada, representante da OAB, Dra. Kelia Tomasi e mesmo do representante da SEGEPE, o Sr. Francisco de Assis; em nome de todos os excedentes do concurso da Polícia Civil, seja para o cargo de Delegado, Agente de Polícia, Escrivão, Perito, nós agradecemos esse momento que muito nos traz esperança, eu poderia até dizer, certeza que haverá sim uma segunda academia, que haverá chamar para uma futura contratação a todos os excedentes da Polícia Civil. Primeiro, eu gostaria de tomar a palavra para agradecer ao Dr. Eliseu, em nome de todos os excedentes pelo trabalho que tem feito em prol de todos os excedentes da Polícia Civil para que se promova uma academia da Polícia Civil. Confesso que eu não tinha muita esperança de que fosse ter uma nova academia, mas devido à luta do Diretor da Polícia Civil, doutor Eliseu Muller, essa esperança vem se tornando uma certeza, porque não dormita, não para de trabalhar, não para de representar a categoria e conta com parceiros da altura do Deputado Jesuíno Boabaid e também do nosso representante sindical. Gostaria de pontuar aqui alguns pontos para somar a questão dos dados que aqui foram falados, e nós temos aqui uma representação da distribuição de cargos da Polícia Civil se falando de classe, primeira classe, segunda classe, terceira classe e classe especial. Gostaria de ressaltar que na primeira classe com exceção daqueles que agora entraram que estão na primeira classe era todos os cargos encontram-se completamente desocupado na primeira classe, com exceção daqueles que entraram agora. A primeira classe da Polícia Civil só conta com a presença dos menos cento e trinta e três que foram convocados recentemente, ou seja, para nós termos ideia do tamanho da defasagem que é de servidor policial. A situação tem ficado tão difícil na polícia

civil e todos são sabedores disso, que a maior motivação que se tem é a evasão dos quadros da Polícia Civil desde que se abriu esse concurso, o número de pessoas que prestaram concursos públicos se evadiram da Polícia Civil para outros departamentos, órgãos do Governo, mesmos desse Estado ou fora do Estado, é um cem números, e a tendência é que muitos outros deixem as fileiras da Polícia Civil nos próximos meses, nos próximos anos. A gente vê entre os amigos, entre os parceiros na Polícia Civil uma disposição para o estudo a fim de passarem em outro concurso seja por que está desmotivado, pela maneira que a Polícia Civil tem sido tratada pelo Estado, pelo Governo do Estado, seja pela questão salarial se não se percebe uma melhora a curto e em longo prazo, a nossa luta é reida nessa questão de melhorar a Polícia Civil, seja quanto a efetivo, seja quanto à questão salarial. Há quem diga, há quem diga que há uma birra do Governo com a Polícia Civil, eu demoro querer acreditar numa coisa dessas, na verdade eu tenho acompanhado as notícias, eu tenho acompanhado tudo a respeito do Estado, e eu quero crer na verdade que o Governo Confúcio Mora, nosso Excelentíssimo Governador Confúcio Moura, tem estado atendo as necessidades, não dos órgãos, mas sim as necessidades da população ao clamor público. Tanto é verdade que atendendo ao pleito foi decretado à abertura da Delegacia de Monte Negro, também temos a Delegacia de Cujubim que também está parada necessitando de pessoas para que ela possa vir a funcionar em prol do bem-estar social, é uma luta sim, é uma luta e essas delegacias todas só aconteceram por conta de que houve um clamor público, não é um clamor dos excedentes da Polícia Civil, é um clamor da população que pede, que clama e espera resposta, espera resposta. Eu estou satisfeito, muito me alegro à posição do secretário, do nosso querido secretário em fazer um aceno para a prorrogação do concurso. Mas com muito respeito senhor secretário, eu gostaria de externar o meu, a minha como diria, o meu desejo e é o desejo de todos que aqui estão esse não é o nosso desejo que haja prorrogação desse concurso, nosso desejo é de contratação e que essa contratação seja imediata, porque o nosso desejo colide com o desejo do povo, e o desejo do povo é por segurança. Eu sei, eu conheço pessoalmente, eu estive no seu gabinete sei da simpatia de pessoa que o senhor é, mas a população quer mais de nós, seja como funcionários públicos, seja como administradores públicos, a população deseja uma resposta clara, um posicionamento claro, e nós ainda mais porque estamos hábitos por servir, também queremos uma resposta clara. É notório, não é o senhor que dá a última palavra nessa questão, também é notório que o Delegado Geral da Polícia Civil Dr. Eliseu, fez mais do que devia nessa questão, nós tivemos acesso pleno ao documento que o Dr. Eliseu, juntamente com a direção da Polícia Civil elaborou e mandou para Mesa e se encontra se eu não me engano na SEGEPE ou já passou por lá, um documento muito bem elaborado diga-se de passagem apontando não apenas a necessidade, mas também as verbas que estão disponíveis para esta nova academia. Eu tenho aqui alguns dados, mas parece já defasado quanto as vacâncias ocorridas na Polícia Civil, foi dito aqui pelo deputado cerca de 48 vacâncias só para delegado, vacância é uma situação que coloca em disponibilidades recursos do Governo que é para pagamento de pessoal e agora como as pessoas que aposentaram foram para o IPERON ou mesmo aqueles que pediram exoneração, não fazem mais parte dos quadros, é uma demanda que está disponível. E nós acreditamos por conta de toda essa demanda, já foi apontado um documento da Polícia Civil que é possível sim o mais rápido possível nós começarmos uma nova academia da Polícia Civil,

vontade a gente está vendo de todos os ângulos, há vontade da administração, há vontade da Secretaria, foi dito aqui, há vontade da Secretaria, há vontade. Foi dito aqui a questão do orçamento, há uma receita ainda disponível de dois bilhões, mas de dois bilhões conforme disse o deputado Jesuino, e a nossa academia fica muito aquém de tudo isso. Não, nós não estamos aqui como quem quer atacar, mas sim estamos como quem quer colaborar fazendo força e fazendo coro para que aconteça, para que a população possa perceber que muito mais está sendo feito. Ainda há algumas pontuações que eu gostaria de fazer, as vezes me parece, e longe de mim é o que me parece, e é o que parece a todo mundo que há uma discrepância enquanto tratamento que é dado a Polícia Militar quanto Instituição, e tratamento que é dado a Polícia Civil quanto a Instituição, é latente isso. Só para, em questões de concurso para que nós possamos fazer uma análise e que isso fique muito claro, a Polícia Militar fez um concurso com abertura para 240 vagas, e sem que houvesse nenhum lobby, sem que houvesse nenhuma pressão, sem que houvesse nenhuma Audiência Pública, salvo engano, esse número de 240 iniciais, subiu para 400 que concluíram academia. E já há notícia pública inclusive de que há uma pretensão de se fazer uma segunda academia com 600 policiais militares. O concurso da Polícia Civil foi com um número ínfimo de 133 policias ao todo. E nós sabemos que terminou com uma defasagem, com um déficit de 13 policiais. E não há ainda um aceno seguro convincente de que uma outra academia haverá de ser feita, haverá de ser realizada, para que possa suprir toda essa demanda, há vontade, há luta por parte da administração da polícia civil, há luta por parte de órgãos como o MP, como a Assembleia Legislativa, há um clamor público e eu penso que na verdade esta decisão final só cabe apenas ao Governo do Estado. Eu tenho certeza por ser do mesmo meio onde é, onde reside o Governador Confúcio Aires Moura, de que também é desejo dele que isso brevemente aconteça, porque o Governador é sem sensível as necessidades do povo. Nós esperamos e queremos acreditar que assim o seja. A população não pode esperar mais um ano, a população também não pode esperar dois anos, a situação é calamitosa como já foi falado aqui, é calamitosa, é necessário, é urgente, é para ontem que se deve atender a essa necessidade de se contratar pessoal. Dr. Eliseu gostaria aqui de publicamente externar a minha satisfação na direção da polícia civil que é levada a cabo pelo senhor, a maneira como conduz essa questão do concurso muito me apraz, muito me apraz. E saber que tem alguém que se preocupa com essa questão nos deixa até mais descansado, nos deixa mais descansados. Por isso eu gostaria de em público parabenizá-lo pelo seu empenho nessa questão de uma nova academia de polícia civil. Desmotivação e também a atração de melhores salários, de melhores condições de trabalho tem feito da polícia civil um órgão evasor, onde os funcionários preferem procurar novos horizontes já que as expectativas não são as melhores dentro dos quadros. Espero que não aconteça aqui em Porto Velho, aqui em Rondônia o que as vezes parece acontecer em todo o Brasil, como que uma força obscura que promove a desintegração da polícia judiciária, por que se isso acontecer é um atentado contra a Constituição da República. Nós pleiteamos junto aqui esse pedido de uma nova academia o mais rápido possível, pelo menos uma posição do Governo no sentido de dar datas, postulamos esse pedido e aguardamos, aguardamos com muita esperança. Meu muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Queremos registrar aqui a presença de Sua Excelência, o Senhor Dr.

Shalimar Christian Priester Marques, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. RAMON DE MIRANDA - Bom dia a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa e as autoridades, para mim é um prazer representar esses guerreiros que viraram noites estudando, estamos atrás aí dos nossos sonhos. Meu nome é Ramon, sou engenheiro civil excedente de perito, para começar vou falar algumas coisas para não ficarem repetidas, o colega já falou muitas informações, vou só explanar algumas coisas que na minha opinião ficaram faltando. Para quem não sabe em Jaru foi aberta uma nova regional, com isso foram dois peritos para lá, foram chamados oito peritos, dois foram para Jaru, e eu acho que esse número é insuficiente, a polícia já se encontra com defasagem e para suprir, para auxiliar esses dois que eles não dão conta desse serviço possivelmente foram transferidos alguns de Ariquemes. Para esse concurso foram convocados oitos peritos para o Estado inteiro, desses oito dois não assumiram, um ao término da primeira academia disse que não era o que ele queria, ele não tinha o perfil para isso, outro passou para outro concurso no Mato Grosso e um terceiro foi encontrado morto em seu carro em Ji-Paraná. Então dos oito só foram convocados cinco. Outra coisa eu queria deixar claro aqui para as autoridades, sensibilizar uma questão que nunca foi dita. Existem vários excedentes, comigo também aconteceu isso, que ao sair um nome dos concursados, a classificação, muitos... Eu, por exemplo, fui demitido. Eu trabalhava em uma empreiteira quando descobrimos que eu fui aprovado num concurso 'ah você é segundo colocado, para que quê a gente vai investir num engenheiro civil que não vai ficar?' Se você acha bom trabalhar no Governo, siga o seu caminho. E hoje eu encontro dificuldade em encontrar emprego porque você chega em um local deixa o seu currículo, o cara gosta, eu tenho acervo técnico para trabalhar, mas todo mundo sabe você foi aprovado e já chega lá e falam 'olha você vai contratar esse cara aí? Daqui seis meses ele está trabalhando na polícia, para que? E tem vários aí, não só eu, tem aprovados para agente de polícia que estão aí sendo representantes comerciais ou outro tipo de coisa e as vezes nem vem aqui com medo, se ficarem sabendo vão demitir na hora, a iniciativa privada não tem dó não, ninguém quer saber, para que quê vai pegar um funcionário que é aprovado em concurso? Que empresa que vai investir em alguém que vai sair? Não faz sentido algum. Então eu gostaria que as autoridades, os representantes do Governo lembrem-se disso aí nas reuniões que tem gente, tem pai de família trabalhando querendo trabalhar e esse concurso acaba se tornando uma maldição, por que? No meu caso principalmente, eu fui demitido por conta do concurso e não consigo arrumar emprego por conta do concurso, desde de 2014, isso é uma tortura. Até quando a gente vai ficar esperando? O que a gente quer pelo menos o mínimo de respeito e que nos deem uma data, não aguento mais ouvir; ah vai chamar. Vai chamar, poxa cara vai chamar não resolve, vai chamar? Então fica aí essa é aminha fala, minha palavra. Eu peço sensibilização e respeito aos pais de famílias, as famílias, aos pais, as mães por que não é só a gente que sofre, é a mãe, é o filho, é o irmão. E que o Governo se lembre disso aí, o representante do nosso Governo se lembrem disso aí nas mesas e que possa pelo menos dá uma data, acho que é o que todo mundo quer, acho que é o que a gente merece, dois anos de espera, pelo menos uma data, que seja 2018, falar 'não, nós vamos chamar em 2018' a gente se vira aí porque eu particularmente já saí dos grupos de WhatsApp, eu não quero mais participar, isso já está me fa-

zendo mal, não só eu, isso eu estou falando é todo mundo ali, ninguém aguenta mais isso não, são dois anos, dois anos e a gente chegar aqui e ainda não ter uma data para essa academia. Esse concurso vai ser prorrogado? Então vai para quando, para 2018? É complicado. Tem várias pessoas, gente, tem amigos meus que não vieram hoje com medo das empresas ficarem sabendo e mandar embora. Como o Deputado Jesuíno veio falando aí tem muita gente acompanhando isso aqui pela internet, por notebook no interior todinho, a maioria é do interior, tem gente em Tocantins assistindo isso aqui que eu sei, está mandando aqui no WhatsApp 'estou assistindo, estou vendo, estou acompanhando'. Então seria isso, não vou ficar repetindo, o nosso colega já falou sobre a questão de quantitativo, todo mundo sabe disso, a população sabe que está em defasagem e se a população sabe imagina a bandidagem, não é? Bandidagem hoje é profissão, o cara sai batendo a campainha, bate lá não tem ninguém já puxa o portão entra e rouba, leva tudo da casa dos outros, então a bandidagem sabe que está defasado. Seria isso. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deixa eu só falar uma coisa para todos presentes. Primeiro, a minha posição é firme também neste sentido, é realidade, o Governo já contratou todos que foram colocados à disposição no certame; segundo, excedentes como eu falo para mundo eu quero dizer que o concurso do Ministério Público, e aí o Dr. Shalimar está presente aqui, aprovados dentro da vaga não foram convocados. Olha o grave que está tendo aqui por conta de quê? Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós deputados, eu não posso pegar e falar, nenhum deputado aqui, 'governador contrate agora', porque sabe qual a resposta que vão falar para a gente? Falta servidor na área de saúde, na área de educação, em todas as áreas. Mas o nosso papel aqui, por isso que até falei para os excedentes, eu vou chamar porque muitos estão pedindo para que haja novamente informações que levem o governo a sensibilizar e contratar todos os excedentes, você entendeu? Porque se dependesse da minha caneta, meu amigo, não tinha essa situação não, já tinha convocado todo mundo, da nossa caneta, só que o governador tem uma mesa, essa mesa que foi criada e ela fica lá 'a prioridade é essa, a prioridade é aquela' e vai indo, vindo. E a nossa preocupação é que tem vários certames, seja da SEJUS, seja da Polícia Militar, seja da Polícia Civil, do DETRAN que podem expirar e acabar e vocês que estão aí pleiteando o chamamento podem entrar com ação judicial, gente, vocês vão perder em todas instâncias, não é obrigado a ter a devida convocação porque ele já chamou o quantitativo que foi disponibilizado, exceto, como você falou, vacância no que foram abertos, salvo engano a PM tem 21 vagas que não terminaram, essa aí podem ter certeza que nós e os excedentes irão entrar com ação judicial, e já estão entrando, e o Estado está deferindo liminar para fazer o certame de 21, então são essas questões jurídicas que nós temos que buscar e a nossa luta quando você chama aqui uma audiência pública é para mostrar para o Governo que falta necessidade de delegados, de agentes, de peritos, que o Estado está passando por uma situação caótica no que tange segurança pública, é isso e a nossa cobrança não vai parar aqui não. Eu vou logo falando aqui, chamar audiência pública para não ter resposta é como não ter uma coisa infundada e eu só chamei porque eu tinha uma preocupação que em junho expirasse e aí, meu amigo, acabava e você não tinha mais, é um novo concurso, porque concurso público para o Estado é bom, vai 20 mil pessoas pagando cem reais, quanto que é arrecadado? Tu entendeste? Há uma arrecadação. Então por isso que eu

não quero, gente, a nossa luta, eu fui concursado, na época do meu certame foram 600 aprovados, foi chamado o quantitativo, e eu vejo a luta de vocês, o sofrimento dos senhores, mas é importante dizer se o Governo quiser endurecer a mão isso aqui não vai passar só de que a gente foi numa manhã do dia 21 e tudo aquilo ali passou só de nada. A minha vontade e a vontade dos que se encontram nesta Mesa, inclusive o Dr. Shalimar está aqui, é que vocês tenham uma resposta, só que, e aí é uma crítica novamente, não veio o representante e foi chamado, inclusive foi chamado aqui que é da Mesa, que é o SEPOG, que é o Dr. George Braga, ele que tem esse poder de poder falar, só que agora do jeito que eu estou fazendo com a PM, estou pedindo diversas informações, terça-feira será lido o mesmo requerimento, inclusive vocês tiveram acesso, o mesmo requerimento com várias perguntas e dentre estas vai estar lá a perguntinha 'quando será chamado?' A minha resposta quando a prorrogação é um ponto que já sai daqui pelo menos com essa ideia, vou prorrogar, mas tenham certeza, e acreditem, eu sou muito crente nisso, que o ano que vem será chamado uma nova Academia. Eu não sei quantos serão chamados, na minha visão, acredito que todos serão chamados, porque o Dr. Shalimar ingressou com três ações civis públicas, tem as nossas ações aqui no parlamento, e o próprio governo já está sensível, só falta o quantitativo correto para ser chamado.

Eu vou passar a palavra até por que...Subir aqui para falar, eu queria que o que chegou, o excedente que chegou, que está ali, esqueci o nome dele, foi ele que me procurou ontem e conversou, se você quiser fazer o uso da palavra, que você tem dados. Quem tiver dados, eu vou passar a palavra para o Dr. Shalimar aqui, se você quiser falar para a gente já deliberar o que tem para fazer, para não ficar postergando. Que o que o povo quer ouvir a gente já... Infelizmente, nesta manhã, não vieram aqui, mas terça-feira vou subir nesta tribuna e vou... E agora neste exato momento falar o que tem para falar. Porque é uma falta de respeito não mandar uma pessoa para deliberar. E é por isso, que às vezes 'aí Deputado, o senhor convoca isso é muito agressivo'. Eu tenho que ser agressivo às vezes, e respeito. Alguns eu nunca vou convocar, porque eu tenho muito respeito, porque vem ao convite, mas têm outros que têm que vir de forma mesmo dura, pesada. Aí o cara vem e responde. Vem magoado, vem com raiva aqui, chateado, mas vai vir para responder. E a gente, eu tenho esse perfil, meu perfil não vou mudar por 'a', 'b' ou 'c', por nada, a minha condição é essa. Senhores, estou com vocês. Esperamos que o governo chame no início do ano, porque eu já falei, parem com esse sonho, seja excedente de PM ou qualquer outro, não existe. Quando é que teve duas Academias assim, uma atrás da outra? Não tem, isso é um sonho que para mim era viável, mas não tem. É uma ao ano. O ano de 2017 é o ano que pode vir excedente, convocação da PM, convocação da Civil, convocação de DETRAN, que o DETRAN é só chamado, o DETRAN é diferente de vocês, Bombeiro. Agora, vir falar que duas Academias, uma em cima da outra, eu não sei quem é que bota isso na cabeça. Eu sempre falei para eles, é muito difícil chamá-los no mesmo ano. Agora, cada ano eu defendo, o Secretário até defende, a cada ano ter uma Academia de 400 militares, vai para inatividade, porque tem que recompor. Em 2017 ou 2027, vários já estão indo para inatividade, ou mais, já vai acabar é a PM, salvo engano dois mil e... A PM já vai estar é quase extinta. E se a PM não chamar a cada ano 500, 500 e 500, vai ter aí que esses 5.600 efetivos vão ter é mil homens. Aí a vagabundagem, do jeito que está matando, arrancando a cabeça, aí meu amigo, pode ter certeza que todo o

cidadão vai ter que ter uma arma, que eu defendo esse negócio de porte, o cara tem conduta, tem que ter uma arma. Porque, infelizmente, o Estado, hoje, está perdendo a guerra contra esses vagabundos. Quando eu falo assim, o cabra que corta a cabeça, o cabra que tem coragem de fazer uma atrocidade dessas, não é culpa, pode inventar PM, pode inventar qualquer coisa, o cara é um psicopata, pô! E solta na rua um desses aí, ele vai matar, ele vai fazer, imagine minha cabeçinha, daqui uns dias é dependurada também, do jeito que os demônios estão aí soltos. E é uma violência, isso é um atentado e, para mim, ainda vejo o tal dos Direitos Humanos defendendo ainda uma desgraça dessas. Até falei já, uma praga dessas, que tudo tem que defender, tem é que mandar para uma ilha dessas, como eu falei, cheia de cobra e se eles conseguirem fugir..., mas só cobra, onça, todo tipo, espécie de animal peçonhento para matar rápido, porque não tem como gente, isso aí é uma violência, um cara desses não tem como ser ressocializado, ele vai cometer diversos crimes. E aí, o Brasil brigando 'aí, vamos conter gastos'. Aí tem essa peste dessa tal dessa PEC 241, e não está preocupado também com essa alteração na nossa Legislação Penal, que tem que estar preocupado, 30 anos, aumenta para 50 anos, arregaca logo. Pronto, 50 anos, o cara tem 30, vai morrer logo lá dentro da cadeia, porque ele sabe que 30 anos é o limite máximo da ação penal que pode ter no Brasil. Nos Estados Unidos, lá até criança é alugada, meu amigo, 6 anos: - vai, vai lá meu filho. Cometeu, aqui não, Ave Maria, ai! Criança aqui, com 17 anos está matando igual... É a maior violência. Então, são essas coisas que a gente está discutindo aqui, que vai passar a manhã todinha, não adianta contratar, não adianta fazer nada, nós temos que mudar. E tudo nasce também na parte educacional, tudo, tem que ter um algo. E com essa prisão do nosso antigo Presidente da Câmara, menino, o que tem de neguinho lá tremendo, vai atingir até a República, daqui a pouco até Presidente sendo preso, meu irmão, do jeito que vai a coisa está. Mas é assim, o Brasil hoje vive uma instabilidade política, financeira e moral, infelizmente.

Passar a palavra para o Dr. Shalimar, se o senhor quiser falar, doutor.

O SR. SHALIMAR PRIESTER MARQUES - Inicialmente, bom dia a todos. Peço desculpa aqui pelo pequeno atraso, nós estamos também, e não é diferente, o Ministério Público passa por uma deficiência também no seu quadro efetivo de membros. E o colega responsável pela Auditoria Militar está de férias, e eu estou substituindo a Auditoria Militar, e cumulando, logicamente, minha Promotoria e a Promotoria da Auditoria Militar. Gostaria de cumprimentar aqui o Deputado Jesuíno Boabaid, proponente da Audiência Pública; cumprimentar o Deputado Dr. Neidson, o Secretário de Segurança Pública, Antônio Carlos dos Reis; Excelentíssimo Senhor Delegado Eliseu Müller Siqueira, Delegado Geral de Polícia Civil; senhor Francisco de Assis, representante da SEGEP; Dra. Keila Tomasi, representante da OAB e o senhor Rodrigo Marinho, Presidente do Sinsepol. Cumprimentar também a todos os demais, ao Dr. Júlio Ugalde, que aqui se encontra presente, também no plenário; aos demais participantes também desta Audiência estendo meus cumprimentos, muito bom-dia. Eu acho Deputado, que nós já avançamos muito. Em 2015, quando a gente discutia a questão do efetivo da Polícia Civil, Polícia Militar, nós discutíamos muito e não chegávamos a um consenso. O Ministério Público pensava uma coisa, a Polícia Civil pensava outra, a Polícia Militar outra, a SESDEC outra diferente de todo mundo, a Assembleia pedia algumas outras coisas e hoje, acho

que nós temos um consenso. Nós temos um consenso da necessidade do efetivo, nós temos um consenso da necessidade de que haja o estudo do impacto orçamentário e financeiro para essas contratações. Temos um consenso quanto à necessidade não de realmente uma Academia após a outra, mas nós temos a necessidade e um consenso de que todos os anos sejam feitos concursos e que todos os anos haja Academia de Polícia Civil, Academia de Polícia Militar, Polícia Técnico-Científica e Bombeiros, até que nós tenhamos um número razoável de servidores da Segurança Pública no Estado de Rondônia. O que eu posso falar, Deputado, eu gostaria de pedir, inclusive, que fosse encaminhado para mim a ata desta Audiência Pública. O processo no qual eu peço o recompletamento do efetivo da Polícia Civil especificamente no que diz respeito ao aumento, e aí eu gostaria de deixar claro aqui que poucas pessoas sabem disso. Eu tenho feito algumas ações, essas ações feitas pelo Ministério Público na Segurança Pública, eu não tenho divulgado até por que assim, não é do meu feito querer expor isso para a mídia. Eu não quero criar alarde, muito pelo contrário. Eu tenho aqui o Sinsepol, tem o Dr. Eliseu, o Secretário de Segurança Pública, o Deputado Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, como parceiros. Então, o que a gente tenta é o consenso. É lógico que cada um tem suas áreas de atribuição e a minha, acabo por ter a necessidade de entrar com algumas ações. Mas no que diz respeito à questão do concurso público da Polícia Civil, a SESDEC, antes de ser lançado o edital de concurso, a SESDEC, através do ofício, se não me falha a memória aqui, 1.040, ela encaminhou à Secretaria de Planejamento a solicitação de 400 vagas para o concurso da Polícia Civil. E a Secretaria de Planejamento vetou essas 400 vagas, esse era um pedido da Direção Geral da Polícia Civil e era um pedido da Secretaria de Segurança Pública, para 400 vagas. Eu me recordo que era um número bastante considerável à época, 2013, e que poderia ter um impacto considerável para nós e, infelizmente, a SEPOG acabou reduzindo isso para 144. Nós mencionamos que os 144, numa Academia, nunca terminam. Não terminaram os 440 da Polícia Militar, não terminaram os 144 da Polícia Civil, que envolvia não só Polícia Civil, mas Polícia Técnica também e nós acabamos tendo um prejuízo com esse número. Mas aí eu entrei com ação civil pública e eu peço que o Juiz se manifeste, determinando que o Estado amplie os 144 pedidos, os 144 para atingir o número solicitado pela SESDEC à época, que apresentou toda uma estimativa de custo orçamentário e financeiro para 400. Então essa ação está concluída, ela está concluída na 1ª Vara de Fazenda Pública, acredito eu que até o final deste ano nós tenhamos alguma decisão. Independente disso, eu entendi aqui, pelo que foi discutido até agora, que há uma clara intenção do Governo do Estado, no sentido de no ano que vem implementar uma segunda Academia, até por que nós sabemos que o efetivo, efetivamente, da Polícia Civil é insuficiente para atender todas as demandas do Estado. E nós estamos fazendo das tripas o coração, seja policial militar, seja policial civil, seja Polícia Técnica-Científica, o próprio Corpo de Bombeiros acaba se desdobrando para atender a população de Rondônia, uma vez que o efetivo é insuficiente para atender todas as demandas. Encerro aqui, Deputado, e se houver um eventual questionamento eu estou à disposição para responder, mas encerro aqui. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou encerrar, até porque o Dr. Reis tem que sair, mas é uma notícia que me causa até satisfação em ler: “Rondônia está entre...”. Ah, não. Eu vou passar a palavra para o meu companheiro. Desculpa,

meu... "Rondônia está entre os Estados com boa situação fiscal e, portanto, elegíveis ao aval da União para novas operações de crédito". Olha aí, então tem "para novas operações de crédito. Fará uso de operação de crédito com aval do tesouro do Estado podem contar com juros mais baixos nos empréstimos tomados de bancos Nacionais e de Instituições Multilaterais.

Senhores têm um coffee break aí, um coquetel agora no final que a gente faz questão até de que nas Audiências Públicas tenham.

Mas eu vou passar a palavra para o meu companheiro de Parlamento, Dr. Neidson para manifestar a situação.

O SR. DR. NEIDSON – Bom dia a todos! Quero cumprimentar aqui a todos os presentes em nome do Deputado Jesuíno, todos aqui da Mesa. E dizer Deputado que estive visitando algumas delegacias do Estado de Rondônia, e muitas delas até os próprios funcionários dizem que estão sucateadas. Estive em Ala Floresta D'Oeste e nós tínhamos somente um Agente de polícia lá naquela delegacia para dar conta de toda aquela população, acredito que são mais de vinte mil pessoas lá naquele município. Nós estamos vivenciando uma sensação de insegurança e muito grande no Estado de Rondônia, e sabemos que o efetivo é em todas as áreas da Segurança Pública. Temos aqui os excedentes também da Polícia Militar que não foram convocados ainda, estão aguardando também essa convocação da Academia, temos os Socioeducadores e temos da Polícia Civil também. Tivemos lá um episódio lá em Guajará-Mirim eu tenho dados, a Polícia Militar retirou das ruas 273 bandidos, meliantes, só que infelizmente nós temos um tal de Termo Circunstanciado e desses 273 eu acredito que 100% estão na rua hoje. Tivemos a situação de um rapaz Márcio Menacho lá de Guajará-Mirim, que foi assassinado devido a um furto de uma motocicleta, esse rapaz que assassinou o Marcio Menacho ele já tinha sido preso e através do Termo Circunstanciado, foi liberado devido ao que disseram nesse Termo Circunstanciado, que ele não oferecia risco a população e antes de uma semana, ele por não oferecer risco tirou a vida de um pai de família, e através disso temos outra situação também que nós dá insegurança, nós temos uma fronteira de mil trezentos e quarenta e dois quilômetros praticamente livre e aberta, temos tráfico de drogas, tráfico de pessoas, e isso com essa insegurança eu tive que ir lá á Brasília, estive essa semana em Brasília, fui ao Ministério de Defesa, no Ministério da Justiça pedir apoio ao Governo Federal para que possa nos ajudar, porque com isso vai estar colocando à tona a falta de efetivo que nós temos também tanto na Polícia Civil, Bombeiro e Polícia Militar. Mas eu tive que fazer isso, e já estava conversando com o Secretário Reis para que possamos fazer uma integração. Mas a nossa e o anseio de vocês é que sejam realmente chamados para essa nova academia e a Assembleia Legislativa vai está trabalhando juntamente com o Secretário, com o Ministério Público também para que possamos conseguir esse anseio de vocês. Mas quero colocar aqui, fazer um Requerimento Deputado Jesuíno, através da Comissão de Segurança Pública, a SEDESC ou até ao Governo também para pedir informações sobre a lista nominal de todos os aprovados, quantos desses aprovados foram convocados e quantos ocuparam as vagas? Dessas vagas foram preenchidas todas? Quantas faltam ser preenchidas? Acredito que são umas 23 mais ou menos, eu acredito que as vagas pelo menos do concurso devam ser preenchidas. E Quantos da Polícia Civil, Bombeiro e Polícia Militar foram transpostos? Para termos uma ideia das outras vagas excedentes que vamos ter também de-

vido essa transposição para que possamos ter uma ideia das outras vagas excedentes que vamos ter também devido essa transposição para que possamos ter uma ideia e informar também a vocês e cobrar do Governo também essa contratação e esse chamamento da nova Academia da polícia Civil. No mais, quero dizer a todos vocês que através desta Casa Legislativa nós estaremos todos apoiando a vossa causa e estaremos juntamente aqui com a Comissão de Segurança Pública dando esse apoio. Obrigado Presidente e obrigado a todos vocês também.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só retificando, desculpa aquela questão do Márcio não foi à Audiência de Custódia, foi numa Audiência de Custódia, não foi no TCO, foi numa Audiência de Custódia onde o Juiz e o Promotor analisam a questão da permanência ou não da prisão, não foi no TCO não. E foi feito o Requerimento semana passada para a Polícia Militar que eu fiz uma leitura, foram diversas perguntas que eu fiz para a Polícia Militar. Quantos foram para a inatividade? Quantos têm o direito até dezembro de 2016 seguirem para a inatividade, no caso. Quantos foram transpostos? Quando será iniciada a Academia? Então, eu fiz uma série de perguntas. A sua proposta então terça-feira a gente coloca em discussão porque tem que ter um quórum, a gente coloca para ser aprovada pela Comissão de Segurança Pública essa proposta também, essa leitura, as mesmas indagações ao Governo.

E me entregaram um documento aqui, total de aprovados, já estão na Academia 09. Total é 150? Entre delegados e tudo?

O SR. ELISEU MULLER – Deputado, foram 144, os alunos dos mais diversos cargos. Desses 144, apenas 133 tomaram posse, foram nomeados pelo Governo, 133 nos mais diversos cargos. Até hoje, desses 133, 06 servidores, dentre eles um delegado, saíram. Então, dessa academia dos 144, dos 144, nós perdemos 10, mais 06; 16. Então, essa informação que o senhor queria que eu estou lhe prestando, o senhor vai receber também via ofício, está certo?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quantos totais de aprovados Doutor, aprovados, sem delegados, tudo. Qual é o total hoje para finalizar o certame?

O SR. ELISEU MULLER – Para finalizar naquele estudo que eu fiz de março, nós poderíamos colocar 177, o nosso Promotor aqui que é o nosso grande aliado, parceiro, pode também me ajudar. 177 era a proposta, ficaria só fora daquela proposta delegados. A questão de disposição legal do Edital, nos permitiria um "declinado" número sobrar, salvo engano, uns 22 delegados a serem chamados ainda. Mas, o restante dos cargos, todos seriam, os escrivães, todos os agentes de polícia estariam, estão integrados nesse grande número dos 177. É esse o número que nós apresentamos para o nosso Governo na época.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – 22 delegados, 140...

O SR. ELISEU MULLER – Não, 22 não.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quantos?

O SR. ELISEU MULLER – 10 delegados. Mas, isso pode ser readequado tranquilamente com o momento histórico que nós

vivemos hoje diante de transposição, o senhor me corrige alguma coisa. 10, eu posso até explicar o porquê dos 10. É que o concurso foi regionalizado, se nós passássemos dos 10, nós teríamos que pedir 20, em função dos locais que eles... Nós queríamos todos na realidade, todos os delegados. Mas, a questão orçamentária então a gente estava buscando, eu acho que hoje a realidade é diferente e o nosso Promotor aqui sabe disso.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas, são quantos aprovados entre delegados, total.

O SR. ELISEU MULLER – Eu acho que hoje dentro dos 10, foram 37 parece, os 10 que assumiram, faltariam 27 a serem chamados dos delegados, é isso, não é? É isso.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mais 27 não supria nem a necessidade dos locais que a gente está discutindo isso aí. Mas, seria interessante...

O SR. ELISEU MULLER – Nós vamos brigar pelos 27.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vamos brigar por todos, estão brigando por todo mundo. Porque a minha pergunta é? Da PM tem 800 e poucos aprovados, não é isso? 836, têm um orçamento aprovado, para esse ano tinha de 600, para o ano que vem, então a gente já tem orçamento, até acrescentar na LOA o orçamento desses 600. E a gente vai discutir também o orçamento para o total gente. A gente tem que chamar todo mundo, porque desses 27, estou falando 27 delegados, agente de polícia, tem mais; você ver, muitos já assumiram outros concursos, outros não vão querer assumir, já, é um prejuízo que você tem no decurso do chamamento para formação. O Senhor quer falar?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS – Serei breve. Apenas para registrar que o Deputado Alex Redano, ele lamenta não ter podido está presente, que ele tinha um compromisso no interior e hipoteca toda sua, a causa e qualquer necessidade, o nosso gabinete também está à disposição da Secretaria e do Deputado Jesuíno e toda classe. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado, o Redano também é um Deputado muito atuante nessa área, cobra muito, não só o Deputado, todos os Deputados aqui pela Segurança Pública têm um posicionamento firme também em querer buscar uma solução para essas questões. O Dr. Shalimar, pediu a Ata desta Audiência, a gente vai expedir agora. A Ata é uma situação, têm a Ata resumida que é uma outra situação. Kid, já tem ela? Agradecer a Ordem dos Advogados por participar desta Audiência, demais pessoas que se encontram no recinto. Já terminou a Ata? Não. Então, faz o seguinte, como, eu vou, não tem termo de acordo aqui, porque o que foi acrescentado, todos são de comum ideia que tem o acordo, que tem a pretensão do Estado de chamar, convocar todos. O que está se discutindo aqui Dr. Shalimar, só o orçamento. Então, já ficou claro no início da fala, que há necessidade, há um interesse, só vamos discutir o orçamento. E o Dr. Shalimar tem estudos aí bem aprofundados quanto a questão de orçamento, tem nas ações foi bem, bem fundamentada lá os argumentos que foram levados ao juízo, bem plausível.

Eu, vou finalizar porque eu tenho uma Audiência agora também lá com o Doutor, lá na Casa Civil para discutir o percentual de 6%, não sei o Rodrigo também está convidado a ir lá agora, é 11:30h; que estão cobrando 6% incidente do

auxílio transporte e a gente vai lá discutir isso agora, servidores que estão aí na ativa também e a gente vai participar desta reunião. E agradecer novamente. E dizer senhores, Audiência Pública por esse Deputado que vos fala, só vai ser para falar o dia, nem vou fazer audiência só para mandar para vocês o resultado, tá gente, essa é minha fala. Porque o que nós já discutimos, nas audiências que nós tivemos aí, também eu quero acrescentar, o Estado veio com um posicionamento diferente, mas hoje não como bem disse o Dr. Shalimar, ele já vem dizendo, olha, é necessário, nós precisamos e é orçamento antes foi outro posicionamento, agora gente tem que discutir o início e aí, nós iremos buscar respostas efetiva de quando irá iniciar e de quantos serão chamados para dá resposta para vocês. Fica aqui o nosso compromisso, a nossa questão de estar sempre em defesa da segurança pública, é isso que eu posso fazer nesse exato momento, mas fazer de forma clara, de forma que vocês possam levar essas informações para aqueles que não tiveram presente, como eu digo sempre 'acreditar, lutem'. Tem uma história 'lutem, lutem até que cordeiros se tornem leões', a fala, quem assistiu aquele filme de Robin Hood, e é verdade lutem, lutem até que cordeiros se tornem leões, é minha fala. Eu digo, eu nunca deixei de lutar e se eu não tivesse lutado e acreditado, eu não estaria aqui hoje como Deputado Estadual, junto com uma massa que acreditou que nós teríamos como avançar e teríamos condições de melhorar nossas condições. Rodrigo; quero aqui deixar claro que o nosso gabinete está a disposição das demandas de vocês, não só de vocês, dos delegados. Teve uma situação recentemente que o Governo assinou aquela questão do TCO, não foi implantado, sou contrário, sou contrário já falei porque é uma afronta nesse exato momento que vocês estão numa discussão, que vocês estão com problema, vem o Governador e institui o TCO. Mas eu sei quem foi que levou esse documento para ele assinar, que foi o Daniel Pereira, junto com os seus pupilos lá que tem lá. Então, eu fiquei chateado com isso, digo que não é o momento de discutir TCO, se fosse num segundo momento, se fosse em uma situação diferente, aí é outro ponto, agora o momento que está em crise, todo mundo está passando pelo problema. Não, 'aí Governador assine isso aí ó'. Isso enfraquece, isso me deixa chateado, e digo se for para implantar, porque ainda não implantou, tem seis meses, salvo engano, quando chegar o período, certo secretário, se for necessário, eu vou apresentar aqui um Decreto que vai sustar aquele Decreto que autorizou. E até lá, salvo engano, vai ter alguma decisão judicial pode ter alguma questão, um ato jurídico, porque para mim, na minha visão extrapolou sim, se fosse uma Lei, se fosse outra posição e até uma Lei, uma Lei, ele é um entendimento que eu vejo que é um entendimento que 'ah pode, isso aqui não pode'. Então, fica um conflito. O que nós temos que melhorar é contratação, olha os militares fazem o seu papel, os civis fazem o seu papel e assim sucessivamente, os agentes, o que nós podemos agora é conflitar. Está tendo um posicionamento e aí vem agora, opa! Daqui a pouco vão, eu ia avançar num assunto aqui, mas, porque questão da hora, vão querer tirar direitos que são consagrados de vocês e aí viu, aí meu irmão, aí o negócio vai ficar complicado. Daqui a pouco como está lá no Ceará, o oficial está fazendo o flagrante, já ouviram falar nisso? Teve uma greve aí parece que o TJ, por decisão lá, eles entenderam que hoje vai poder fazer por questão do momento. Eu sei que o momento é uma crise, imagina daqui a pouco ter uma situação que fica claro na minha visão que é um momento antipolítico, é um momento que não é necessário para você conflitar, colocar duas instituições a Polícia Militar e a Polícia

Civil em conflitos. Senhores, os militares não estão contentes com essa situação, eu digo os praças e alguns oficiais também, muitos oficiais não aceitaram isso não, agora falar, a gente já está sobrecarregado, agora vai ter que fazer coisa que não é cabível para a gente, entendeu, não fique levando isso que não para colocar instituição contra instituição, isso aí não é, o comando. Eu falo Presidente da Associação dos Policiais Militares que sou ainda, que sou porque eu tinha me afastado, e hoje na minha vacância a Ada assume, se eu tiver agora nesse exato momento na ASSFAPON, eu sou Presidente, porque no nosso estatuto permite isso, e não existe nenhuma vedação no nosso estatuto que o Presidente deva se afastar e ficar lá olha assumiu um cargo político, só na Polícia Militar infelizmente que se eu retornar; vou retornar com doze dias por conta que o servidor público militar, a partir do momento que ele é eleito a um cargo eletivo, ele é automaticamente, vai para a reserva remunerada que é um absurdo, isso para mim é um absurdo, mas é o direito militar, é o sistema que vigora as legislações. Mas falar para vocês de coração, tenho um irmão na Polícia Civil, tenho muitos amigos, tenho muito sabe respeito, não pensem que eu não estou às vezes eu estou aqui, que eu estou favorável algumas ações do governo não, não estou, a prova é tanto que eu já entrei com um Decreto para sustar o efeito daquele que discutir a situação dos 6% e meu posicionamento, vai ser sempre pró-servidor, pró aquele que realmente está em defesa, que faz o Estado também crescer, sabemos que o Estado hoje vive uma situa-

ção diferenciada, mas aí tem outros agregados com essa situação da pecuária nossa do próprio servidor que movimenta a parte financeira nossa. O que eu diria para vocês é desejar um bom dia e dizer que certamente o Secretário de Segurança, o Dr. Eliseu e todas as pessoas que compõe esta Mesa estarão aguerridos. O Dr. Shalimar eu não preciso nem falar, é um Membro do Ministério Público que vem de forma aguerrida ali, incisiva ingressando com todas as fontes pertinentes a ACPs necessárias para que o Estado convoque, só que tem que ter entendimento do Juiz né e a maioria do Juizes eles entendem algumas partes que não pode adentrar em algumas questões de Estado pelo princípio da separação dos poderes, mas da forma que o Dr. Shalimar está demonstrando, ao meu ver vai ter um posicionamento em pelo menos convocar esses que foram para a inatividade.

Obrigado a todos, não é vinte e uma horas, eu quero de novo que corrija isso, quem é o responsável disso aí? Mas tem que corrigir isso aí, que são exatamente onze horas e dezoito minutos, eu vou encerrar.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta Audiência Pública que discutiu a convocação dos excedentes, e convido todos ao Salão Nobre para um coquetel que será servido a todos. Bom dia a todos e obrigado.

(Encerra-se esta Audiência às 11 horas e 18 minutos).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II do Art. 25 combinado com o inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93, a empresa **ESAFI - Escola de Administração e Treinamento LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 35.963.479/0001-46, estabelecida na Avenida Rio Branco, 1765, salas 01, 02, 05 e 06, Praia do Canto, Vitória/ES – CEP: 29.055-643, com vistas à participação de servidor desta Casa de Leis no curso sobre “**Gestão de RH, Folha de Pagamento do Funcionário Público (servidores civis, RPPS, relação jurídico-funcional estatutária)**”, evento que será realizado no período de 09 a 11 de novembro de 2016 na cidade de Fortaleza/CE, no valor total de R\$ 2.290,00 (dois mil, duzentos e noventa reais), conforme Processo Administrativo nº 00015148/2016-05.

Milton Neves de Oliveira

SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES – ALE/RO

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso II do art. 25 combinado com o Inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 28 de outubro de 2016.

Arildo Lopes da Silva
Secretario Geral
ALE/RO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II do Art. 25 combinado com o inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93, a empresa **ESAFI - Escola de Administração e Treinamento LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 35.963.479/0001-46, estabelecida na Avenida Rio Branco, 1765, salas 01, 02, 05 e 06, Praia do Canto, Vitória/ES – CEP: 29.055-643, com vistas à participação de servidores desta Casa de Leis no curso sobre “Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma integrada na Administração Pública”, evento que será realizado no período de 08 a 11 de novembro de 2016 na cidade de Fortaleza/CE, no valor total de R\$ 5.380,00 (cinco mil trezentos e oitenta reais), conforme Processo Administrativo nº 00015063/2016-56.

Milton Neves de Oliveira
SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES – ALE/RO

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso II do art. 25 combinado com o Inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 28 de outubro de 2016.

Arildo Lopes da Silva
Secretario Geral
ALE/RO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 11313/2016-76
Pregão Presencial nº 008/2016/CPP/ALE/RO

Em atendimento ao disposto no Art. 7º, inciso IV do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que regulamenta o pregão para aquisição de bens e serviços comuns, **HOMOLOGO** o resultado da licitação à **J.M.P. INFOELETRO ELETRÔNICOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **08.845.527/0001-29**, no valor de estimado de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), conforme ATA lavrada nos autos, por estar em conformidade com as normas legais Lei Federal 10.520/02, Decreto 3.555/00, Resolução ALE 152/2007, Decreto nº 7.892/13 e Lei Federal nº 8.666/93:

Porto Velho – RO, 28 de outubro de 2016.

Arildo Lopes da Silva
Secretario Geral
ALE/RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 13790/2016-81

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, tipo **Menor Preço**, consignando o que se segue:

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos, para atender a frota de veículos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a pedido **Departamento de Logística**, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 55.993,60 (Cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) NÃO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **16 de novembro de 2016, às 10:00hs**, horário local.

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, situada a Rua Major Amarante, nº 390 - Bairro Arigolândia - Porto Velho/RO.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site www.al.ro.leg.br, Link Licitações.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Pregão – CPP/ALE-RO, e-mail: cpl@al.ro.leg.br - telefone: (0xx) 69-3216-2732.

Porto Velho - RO, **28 de outubro de 2016.**

Milton Neves de Oliveira
Superintendente – SCL/ALE/RO
Mat. 200160381

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016/PP/ALE/RO****Processo Administrativo nº 00014688/2016-34**

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, tipo **Menor Preço**, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço Global.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA, DA FACHADA E JARDIM DO PRÉDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INCLUINDO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MANUTENÇÃO CORRETIVA NO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DA DECORAÇÃO, a pedido do **Departamento de Cerimonial**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa de Rondônia**, conforme especificações detalhadas, quantitativos e condições discriminadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 26.220,00 (Vinte e seis mil, duzentos e vinte reais).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) NÃO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia: **16 de novembro de 2016**, as **08h00, horário local**.

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, situada a Rua Major Amarante, nº 390 - Bairro Arigolândia, Porto Velho/RO.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

- ✓ www.al.ro.leg.br - (Licitações/2016);
- ✓ Esclarecimentos: cpl@al.ro.leg.br
- ✓ Telefone: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho - RO, **28 de outubro de 2016**.

Milton Neves de Oliveira
Superintendente – SCL/ALE/RO
Mat. 200160381